

Protocolo 15- 114.644/2024

De: Clelia S. - SPU - CEIV

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/06/2025 às 12:04:31

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI - DEPE, SPU - DCC - DAP, SEFAZ - DEAT - CPD, SPU - CEIV, SPU - DCC - DAP - APD, SPU - DAP - TAC, SPU - CEIV - MEM

Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV)

Prezados,

segue Parecer n° 017/2025/CEIV - Final para providências.

Atentar-se para as medidas e condicionantes e observar que da decisão da CEIV, sobre as medidas mitigadoras e compensatória, caberá recurso, no prazo de até 20 (vinte) dias, após a expedição deste parecer, dirigido a Comissão Permanente de Análise de EIV.

Att.

—
Clelia Witt Saldanha - MATRÍCULA PMBC 40.815

Fiscal de Obras II - SPU

PRESIDENTE CEIV - DECRETO 12111/2025

Anexos:

PARECER_017_2025_Koch_Tropicale_Prot_114_644_2024_Final.pdf

PARECER 017/2025 – CEIV - FINAL
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

- () Primeira Análise – Parecer nº 009/2025-CEIV – 04/04/2025
() Segunda Análise – Parecer nº 015/2025-CEIV – 19/05/2025
(X) Terceira Análise – Parecer nº 017/2025-CEIV – 27/06/2025 – Parecer Final

Processo Administrativo nº: 114.644/2024 (1DOC)

Requerente: Koeddermann Consultores Associados

Projeto: KOCH TROPICALE

Proprietário: Koch Hipermercados S.A. - CNPJ nº 02.831.172/0001-32

Área do lote: 5.075,48 m² (Matrícula 65.624)

Área construída: 6.754,35 m²

Número Unidades Habitacionais: 0 unidades

Número salas comerciais: 1 Supermercado + 4 salas comerciais

Número de pavimentos: 03 pavimentos

Projeção de atração de viagens na hora-pico (veículos automotores): 96 (50 de atração + 46 de produção)

População Estimada: 90 funcionários e 750 ocupantes temporários

Vagas de Estacionamento: 112 vagas (101 simples + 03 PNE + 01 Autista + 06 de pessoa idosa + 01 de táxi) + 38 motos + 48 bicicletas + 02 vagas de carga/descarga caminhões + 01 embarque/desembarque

Endereço: 5ª Avenida e Rua Araquari - Bairro Municípios

Uso: Comercial - Supermercadista

Zona: ZAV-I-A e VUOD-I

Insc. Imob.: 02.01.009.0942 – DIC 187558

Investimento previsto: 6.754,35 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022, alterado pelos Decretos 12.111/2025 e 12.138/2025, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV),

CONSIDERANDO o trâmite do projeto arquitetônico através da plataforma Aprova Digital sob protocolo nº "12-24-BAL-ALV" do empreendimento denominado "KOCH TROPICALE", de propriedade da empresa KOCH HIPERMERCADOS S.A., inscrita sob CNPJ nº 02.831.172/0001-32;

CONSIDERANDO a manifestação do analista do Projeto Legal Arquitetônico no Despacho 9_e_114.644/2024 (1DOC), no qual informa que o empreendimento está em conformidade com a "legislação urbanística em geral",

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), sob o protocolo 12-24-BAL-ALV, no sistema Aprova Digital;
CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo;

Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado, considerando o Termo de Referência da Lei Municipal n.º 24/2018, a CEIV consigna:

Trata-se de Estudo de Impacto de Vizinhança de um empreendimento de uso não residencial (comercial supermercadista) que teve seu processo em carga à CEIV, em 06 de março de 2025, através do processo administrativo protocolo nº 114.644/2024 (1DOC).

A Comissão emitiu o **primeiro** Parecer de Análise nº 009/2025/CEIV, em 04/04/2025. Em 01/05/2025 a consultoria apresentou a primeira complementação do EIV, sendo emitido o **segundo** Parecer de Análise sob nº 015/2025/CEIV, em 19/05/2025. A resposta ao parecer foi protocolada, sendo a segunda complementação do EIV, em 04/06/2025. Após análise, a comissão **opina** pelo atendimento da Lei Complementar nº 24/2018 quanto a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e as correspondentes medidas mitigadoras e compensatória, **desde que:**

a) seja adicionada a medida mitigadora para o impacto referente ao aspecto impermeabilização do solo, medida nº 35 – fase de operação, deste parecer;

b) em cumprimento ao item 3.9.1.B (dos pareceres anteriores) deve incluir na prancha as cotas das distâncias mínimas; rever e incluir a distância mínima entre o piso tátil de alerta amarelo defronte ao ponto de ônibus e a vegetação ao lado;

c) no item 13.c, devendo incluir também neste impactos as seguintes medidas mitigadoras:

- Implantação, nas áreas internas referentes as vagas de carga/descarga, de placas de regulamentação contendo a seguinte frase: "DESLIGAR MOTOR ENQUANTO ESTIVER ESTACIONADO";

- Impedir que os caminhões dos fornecedores, referente as operações de carga e descarga, estacionem, de maneira indevida, na Rua Araquari ou adjacências do supermercado.

Apresente o EIV Final com as devidas atualizações e cumpridas as condicionantes indicadas neste parecer.

No exercício de sua competência opinativa, a Comissão avaliou a Matriz de Impactos e as medidas propostas, considerou ainda outras medidas mitigadoras apresentadas no Estudo que não foram elencadas na Matriz e que deveriam ser incluídas no Termo de Compromisso a ser assinado pelo empreendedor junto ao Poder Executivo. E, após a análise de toda a documentação contida no Estudo de Impacto de vizinhança e suas complementações a Comissão Permanente de Análise dos Estudos de Impacto de vizinhança **opina que poderá ser considerado apto o Estudo de Impacto de vizinhança**, exclusivamente em relação aos impactos gerados pelo empreendimento, e que serão suportados pela vizinhança, desde que atendidas as condicionantes abaixo relacionadas:

MEDIDAS MITIGADORAS DURANTE A IMPLANTAÇÃO:

1. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental, com objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais na obra, bem como outros desperdícios durante a implantação e assuntos de meio ambiente;
2. Implantação o sistema de captação e reutilização de água da chuva na obra;
3. Priorizar a instalação de utilização de equipamentos econômicos de água, consequentemente menor geração de efluentes líquidos sanitários;
4. Realização de trabalhos de educação ambiental com os funcionários de obra para sensibilização quanto a redução do consumo de água evitando desperdício;
5. Encaminhar os efluentes sanitários gerados no canteiro de obras, desde o início das atividades, à rede coletora municipal para tratamento pelo município por meio da Empresa Municipal de Água e Saneamento - EMASA, não comprometendo a qualidade hídrica da região;
6. Efluente de Obra Não Contaminado: O efluente líquido gerado nas concretagens, uso de argamassas, lavagem de ferramentas e das caixarias sujas com argamassa, areia, concreto e afins, deverá ser destinado a um reservatório para reúso na obra para umidificação e resfriamento do concreto;
7. Efluente de Obra Contaminado: Os efluentes perigosos contendo tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde, devem ser destinados a reservatório específico para armazenamento temporário e gerido como resíduo da construção civil - RCC contaminado Classe D, sendo coletados e destinados por empresa especializada e licenciada, devendo ser gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados;
8. Elaboração e Execução de Plano de Gerenciamento de RCC, com objetivo garantir a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final;
9. Capacitação para colaboradores sobre os procedimentos de separação, acondicionamento e transporte de resíduos;
10. Destinação dos resíduos à empresa licenciada para o transporte de resíduos e destinação final em áreas licenciadas;
11. Lavagem das rodas dos veículos que estiverem sujas de barro, evitando que espalhem nas vias do entorno;
12. Cobrimento com lonas os caminhões para evitar queda de resíduos nas vias;
13. Realização de varrição das vias sempre que houver carreamento do solo no entorno;
14. Cumprimento às condições apresentadas na Lei Municipal nº 2377/2004, além da norma ABNT NBR 10.151:2019;
15. Manutenção periódica do maquinário como, por exemplo, a lubrificação dos equipamentos conforme a recomendação do fabricante;
16. Instalação de tapumes a fim de reduzir a propagação do ruído;

17. Realizar manutenção periódica e preventiva em equipamentos e maquinários ruidosos;
18. Reparar danos causados à infraestrutura viária, incluindo sinalização, pavimentação e sistema de drenagem, após a conclusão da obra, caso esses danos sejam provenientes do tráfego de veículos pesados ou intervenções referentes à obra;
19. As manobras e operações de carga e descarga de materiais ocorrerão, em sua totalidade, dentro do lote, ou seja, no canteiro de obras. Portanto, haverá o cuidado de não permitir o estacionamento em locais indevidos para a carga e descarga de materiais;
20. Planejar a entrega e a retirada de materiais e insumos, com o objetivo de minimizar o número de deslocamentos necessários durante a execução da obra;
21. Manutenção da limpeza das vias públicas, caso haja sujeira proveniente das atividades da obra;
22. Procedimento de limpeza dos pneus dos veículos na saída do canteiro de obras, sempre que necessário;
23. Utilização de lonas para cobrir caminhões e automóveis que transportam materiais sujeitos a quedas ou transbordo;
24. Elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (atual, antes do início da obra/terraplanagem);
25. Implementar na primeira e segunda fase de obras uma área interna dentro do lote dedicada às manobras e operações de carga e descarga dos veículos pesados que transportarão materiais e insumos para a obra, evitando a obstrução de áreas públicas e minimizando impactos no tráfego local;
26. Reservar vagas na área interna do lote para estacionamento de carros, motos e bicicletas dos colaboradores ao longo de toda fase de implantação, assegurando que a quantidade de vagas atenda a demanda;
27. Planejar minuciosamente a logística de entrega e retirada de materiais e insumos, com o intuito de reduzir o número de viagens durante a obra e evitar horários de pico para essas atividades;
28. Implantar sinalização de trânsito de acordo com o Manual de Sinalização Temporária do CONTRAM (Anexo VII – Resolução nº 973/2022) em situações de interrupção de tráfego nas vias públicas que exijam o desvio original, de modo a garantir a segurança viária e a orientação adequada aos condutores e pedestres;
29. Notificar a Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito, com no mínimo 48 horas de antecedência, em casos de utilização de veículos que possam comprometer o fluxo viário, mesmo que de maneira parcial ou temporária, devendo ser obtida Autorização Especial de Trânsito (AET) junto aos órgãos de trânsito competente;
30. Garantir a existência de espaços seguros para a circulação e travessia de pedestres ao redor do local da obra (calçadas e entorno);
31. Estimular o uso de meios alternativos de transporte, como bicicletas, disponibilizando vagas para os funcionários estacionarem suas bicicletas;
32. Facilitar o acesso dos funcionários que utilizam motocicletas disponibilizando vagas de estacionamento exclusivas para esse meio de transporte dentro do lote;

33. Implementar área interna dentro do lote dedicada às manobras e operações de carga e descarga dos veículos pesados que transportarão materiais e insumos para a obra, evitando a obstrução de áreas públicas e minimizando os impactos no tráfego local;
34. Incentivar o uso de transportes alternativos aos colaboradores da obra, como bicicletas, patinetes e transporte público (ônibus);
35. Priorizar que as viagens de carga durante a fase de implantação ocorram fora do horário de pico do meio-dia, entre 11h00 e 13h00, visando minimizar congestionamentos e sobrecarga no tráfego durante os períodos mais movimentados;
36. Planejar as viagens de carga ao longo do tempo, de maneira não simultânea, para evitar a concentração de fluxos de veículos de carga em curtos intervalos, reduzindo o risco de congestionamentos e melhorando o fluxo de tráfego;
37. Impedir o estacionamento de caminhões ou a descarga de materiais em locais indevidos, prejudicando o tráfego local;
38. Implantar dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos em trabalhos na área, para aumentar a segurança e alertar pedestres e outros condutores sobre a presença de veículos em movimento na área;
39. Organizar a melhor rota, para que os veículos de maior porte (carregando os pré-moldados durante a etapa de montagem do empreendimento), não prejudique o fluxo viário (durante os raios de giros das manobras), nem danifique a fiação elétrica (altura dos veículos);
40. Instalar telas de proteção sobre os caminhões com resíduos;
41. Instalar telas de proteção no entorno da obra, conforme as normas técnicas, para a redução da emissão de partículas pela incidência de ventos;
42. Limpeza constante das vias do entorno, com varrição e se necessária a lavagem, evitando a propagação de poeiras;
43. Aplicação de irrigação dos locais e dos serviços causadores de poeira;
44. Lavagem de veículos e maquinários nas saídas de ambientes com solo exposto, principalmente na fase de movimentação de terra e fundações;
45. Realizar manutenção periódica e preventiva em veículos e equipamentos emissores atmosféricos.
46. Utilização de matérias-primas com origem ambientalmente regularizada;
47. Apresentação de cópia das Licenças Ambientais de Operação (LAO) dos principais fornecedores de concreto, cerâmica vermelha (tijolo), gesso, granito e argamassa;

MEDIDAS MITIGADORAS DURANTE A OPERAÇÃO:

1. Seguir as manutenções preventivas periódicas no sistema hidrossanitário, com objetivo de manter o sistema em bom estado de funcionamento, a fim de evitar vazamentos durante a operação do empreendimento;

2. Conscientização dos colaboradores, com objetivo de reduzir o consumo de água pelos usuários do empreendimento, bem como outros desperdícios e assuntos de meio ambiente;
3. Utilização de equipamentos econômicos de água, tais como torneiras automáticas e com arejadores, peças sanitárias de baixa vazão, caixa de descarga "dual flush", medidores individuais de água;
4. Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, específico para a operação do empreendimento em questão, apontando e descrevendo ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, contemplando os aspectos referentes à redução da geração, segregação, acondicionamento, transporte e destino final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente;
5. Implantação de lixeiras de reciclagem em área comum;
6. Conscientização Ambiental para os colaboradores e clientes (através de treinamentos, comunicação visual, outros) com objetivo de incentivar a disposição/separação correta dos resíduos, bem como, para evitar desperdícios e, outros assuntos de meio ambiente;
7. Encaminhamento através de ecoponto e/ou logística reversa, dos resíduos perigosos como pilhas, baterias e lâmpadas;
8. Implantação de vagas exclusivas para bicicletas, abertas ao público, dispostas em área interna do empreendimento (estacionamento), que poderão ser utilizadas por qualquer usuário, com capacidade para 48 bicicletas;
9. Implantação de pontos de infraestrutura de paraciclos públicos, conforme o Projeto arquitetônico;
10. Aquisição e a instalação de equipamentos (01 nobreak semafórico e 01 instalação) em cruzamento semaforizado. O nobreak semafórico deve ser compatível com o controlador semafórico utilizado no município. Quando da implantação, solicitar à Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito, a definição do local para torná-lo integrado ao Sistema Antares - Central de Controle e Comando Semafórico. OBS: o cruzamento semaforizado a ser instalado esse equipamento deverá ser na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito em até 180 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);
11. Revitalização da sinalização horizontal e vertical do entorno do empreendimento (faixas de travessias de pedestres, baías de ônibus, cruzamento ciclovário, etc.);
12. Revitalização de: Duas baías de ônibus na testada do empreendimento / A travessia FETP que liga os dois pontos de ônibus com relação a pintura e sinalização vertical (placa) / Sinalização da Interseção da Araquari e 5º Avenida;
13. Correção de rampas de acessibilidades apontadas no EIV, no subcapítulo 3.7.3.3 – Sistema Pedonal, respeitando as diretrizes da NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

14. Organizar e executar, junto aos fornecedores, de cronograma de chegada dos veículos pesados de carga/descarga, evitando que ocorra a chegada simultânea de mais de 02 veículos;
15. Implantar nas áreas internas referentes as vagas de carga/descarga, de placas de regulamentação contendo a seguinte frase "DESLIGAR MOTOR ENQUANTO ESTIVER ESTACIONADO";
16. Implantar na área de influência imediata, de sinalização de vaga de embarque/desembarque de passageiros, em vaga a ser apontada pela equipe técnica de Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano/Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito;
17. Implantar na área interna (estacionamento), de estação compartilhada de estacionamento de patinetes (autopropelidos), com capacidade para 10 a 14 equipamentos, conforme demonstrado no Projeto Arquitetônico, de acordo com o modelo padrão a ser solicitado junto a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano/Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito;
18. Impedir que os caminhões dos fornecedores, referente as operações de carga e descarga, estacionem de maneira indevida na Rua Araquari ou adjacências do supermercado;
19. Implantar na área externa (via do entorno imediato), de estação compartilhada de estacionamento de patinetes (autopropelidos), de acordo com o modelo padrão a ser solicitado junto a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano/Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito;
20. Implantar dispositivos de alerta no acesso, luminosos e sonoros indicando entrada e saída de veículos durante a fase de operação do empreendimento;
21. O empreendimento contará com área de acomodação nos acessos, permitindo que os veículos aguardem o processo de abertura e/ou fechamento do portão/cancela em área interna do empreendimento, sem prejudicar o fluxo de pedestres e veículos na via adjacente;
22. Instalação de Sinal de Regulamentação (Sinal R-15) junto ao acesso de veículos do empreendimento pela 5ª Avenida, indicando a altura máxima permitida para controle de acesso e melhoria da segurança viária local;
23. Realizar a revisão e atualização, em caso de necessidade e notificação pela equipe técnica da BC Trânsito, do estudo de trânsito (em relação aos acessos), podendo ser solicitada a elaboração de um novo ponto de contagem: Rotatória 5ª Avenida x Rua Alfredo Wagner x Rua Angelina. A medida será realizada caso seja efetivada a alteração do sentido das Ruas Alfredo Wagner e Araquari, conforme estudo atualmente em andamento pela BC Trânsito e Arteris Litoral Sul;
24. Compatibilizar o acesso pela 5ª Avenida, do acesso veicular com a baía de parada do transporte coletivo (embarque e desembarque de passageiros), utilizando-o como faixa de aceleração;

25. Promover o uso de meios alternativos de transporte, incentivando a prática de ciclismo como uma opção sustentável e saudável para o deslocamento até o local d trabalho;
26. Implantar sinalização vertical (placa) de indicação de ponto de ônibus conforme padrão utilizado no município (placa retangular azul com pictograma e escrita) em local determinado pela Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito;
27. Remover os dois abrigos de ônibus antigos, presentes na testada e do lado apostado ao empreendimento e construção de dois abrigos de passageiros de transporte público, conforme novo modelo, devendo solicitar, quando a implantação, o modelo do abrigo e a indicação de localização à Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito;
28. Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
29. Auxílio em Planos de Saúde para os funcionários;
30. Utilização de gerador de energia com cabine própria e nível de ruído a nível hospitalar;
31. Operação das docas em horário comercial;
32. Realização de novas análises de ruído durante a operação do empreendimento e desenvolvimento de ações para garantir que os níveis de pressão sonora, gerados pelo KOCH SUPERMERCADO, estejam dentro dos limites estabelecidos;
33. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú;
34. Manter todos os itens previstos em projeto no que tangem: harmonização para o passeio público, iluminação adequada, acessibilidade e segurança;

35. Implantar sistema de retardo de águas pluviais.

Valor de Compensação:

Fica estabelecido o Valor de Compensação conforme abaixo:

Valor de Investimento: 6.754,35 CUB'S

Valor de Contrapartida Financeira em CUB-SC: $6.754,35 \times 0,79375 \% =$ **53,61 CUB's.**

Observações complementares:

1. Observar a disposição da LC nº 24/2018, art. 17:

Art. 17 Verificado pela CEIV, o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, pelo não cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o

valor proporcional a medida mitigatória não executada. (grifo do autor)

2. O “Relatório de Cumprimento das Medidas Mitigatórias” será apresentado respondendo item a item do Termo de Compromisso (assinado entre município e empreendedor), comprovando o cumprimento de cada medida na fase de implantação e operação.

CONCLUSÃO:

O Estudo de Impacto de Vizinhaça está apto para aprovação, desde que atendidas as condicionantes apontadas pela CEIV e apresentado o EIV Final com as atualizações.

Da decisão da CEIV, sobre as medidas mitigadoras e compensatória, caberá recurso, no prazo de até 20 (vinte) dias, após a expedição deste parecer, dirigido a Comissão Permanente de Análise de EIV.

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de vizinhaça não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Balneário Camboriú, 27 de junho de 2025.

Michela Denise Parno - SPU
Secretária da CEIV

CLELIA WITT SALDANHA
SPU (Presidente da CEIV)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO
SPU (Vice-presidente da CEIV)

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA
SPU (membro da CEIV)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA
SEMAM (membro da CEIV)

ROMULO FABRÍCIO NOTARI
SOU (membro da CEIV)

RAFAELA DALAGO
SPU (membro da CEIV)

CARMEM LÚCIA NASCIMENTO
SPU (membro da CEIV)

VINÍCIUS KLEIS FELTRIN
SGA (membro da CEIV)

TEO JÚNIOR OSTERKAMP
SPU (membro CEIV)

Obs: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as respectivas assinaturas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EC39-1348-D5D0-BD50

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 27/06/2025 12:06:41 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VINICIUS KLEIS FELTRIN (CPF 037.XXX.XXX-31) em 27/06/2025 12:10:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAELA DALAGO (CPF 060.XXX.XXX-81) em 27/06/2025 12:37:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROMULO FABRICIO NOTARI (CPF 006.XXX.XXX-30) em 27/06/2025 12:38:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ TEO JUNIOR OSTERKAMP (CPF 010.XXX.XXX-62) em 27/06/2025 12:49:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 27/06/2025 13:18:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARMEM LUCIA NASCIMENTO (CPF 895.XXX.XXX-34) em 27/06/2025 13:34:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (CPF 914.XXX.XXX-34) em 27/06/2025 15:13:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO (CPF 429.XXX.XXX-84) em 01/07/2025 12:15:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHELA DENISE PARNO (CPF 004.XXX.XXX-24) em 04/07/2025 17:50:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/EC39-1348-D5D0-BD50>